



REVISTA ELITE: EDUCAÇÃO, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS.
ISSN 26755718
Ano 1, n.01, jan./dez,2019

A REALIDADE E OS DESAFIOS DE UM ESPAÇO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PARA GARANTIA DA ACESSIBILIDADE

Railda dos Santos Araújo. UNEB. Brasil
Jandacira Janaína dos santos. UNEB. Brasil
Profa. Msc.Renata Adrian Ribeiro Santos Ramos. UNEB.Brasil

RESUMO

Este artigo objetiva refletir sobre a realidade e alguns desafios de um espaço de educação infantil para garantia da acessibilidade. Origina-se de um estudo desenvolvido por integrantes da proposta formativa do subprojeto do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID): Práticas Pedagógicas Lúdicas na Educação Infantil e suas contribuições para o Desenvolvimento e a Aprendizagem da Criança (2018-2020). A pesquisa teve o seguinte problema: de que maneira a realidade do espaço de educação infantil interfere na qualidade da prática educativa desenvolvida por professoras no contexto de uma escola parceira do PIBID, no município de Serrinha/BA? Objetivou-se: conhecer realidade do espaço de educação infantil e suas interferências na qualidade da prática educativa no contexto de uma escola pública de Educação Infantil. Para fundamentar a discussão utilizou-se de contribuições de estudiosos tais como: Carvalho e Rubiano (2000), Oliveira (2011), Cardoso (2018). Do ponto de vista metodológico realizou-se um estudo de caso, ancorado na abordagem qualitativa. A pesquisa aconteceu em uma escola de educação infantil do município de Serrinha-BA, em uma unidade parceira do Programa. Para análise dos dados utilizou-se da entrevista semiestruturada realizada com duas professoras, análise documental do Projeto Pedagógico (PP) em relação a questão da acessibilidade e a observação participante na instituição. De acordo aos resultados do estudo: a escola não possui um ambiente adequado para atender crianças em relação a acessibilidade, o que interfere diretamente na prática educativa da professora. Existem desafios para a efetivação da acessibilidade por parte dos envolvidos na gestão pública educacional.

Palavras-chave: Acessibilidade. Espaço físico. Educação Infantil.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre la realidad y algunos desafíos de un espacio de educación infantil para garantizar la accesibilidad. El presente trabajo es el resultado de un estudio desarrollado por becarios y es parte de una investigación desarrollada en la propuesta formativa del sub proyecto: Prácticas Pedagógicas Lúdicas en Educación Infantil y sus aportes al desarrollo y aprendizaje del niño, financiado por la Coordinación de Personal de Educación Superior (CAPES) ubicada a la Clase de Pedagogía, UNEB, Campus XI. La investigación consideró el problema: ¿cómo la realidad del espacio de educación infantil interfiere con la calidad de la



REVISTA ELITE: EDUCAÇÃO, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS.

ISSN 26755718

Ano 1, n.01, jan./dez,2019

prática educativa en el contexto de una escuela participe de PIBID, en el municipio de Serrinha / Ba? El objetivo fue conocer la realidad de aspectos de la práctica educativa, en el contexto de una escuela pública de Educación Infantil. A la vista de los datos, se opta por la cuestión de la accesibilidad para el presente escrito, y para sustentarlo utilizamos contribuciones de académicos como: Carvalho y Rubiano (2000), Oliveira (2011), Cardoso (2018). Desde el punto de vista metodológico, el estudio estuvo anclado en un enfoque cualitativo; desarrollamos una investigación de campo en la realidad de una escuela de educación infantil en el municipio de Serrinha-Ba. Para el análisis de datos se utilizó la entrevista semi estructurada realizada con un docente, el análisis documental a través del Proyecto Pedagógico (PP) y la observación participante, realizada en el aula de niños de 2 años y en el colegio en su conjunto. Según los resultados del estudio: nos dimos cuenta que la escuela no cuenta con un ambiente adecuado para atender a niños con discapacidades físicas o dificultades de movilidad, ya que no cuenta con la accesibilidad necesaria; también los desafíos de la aplicación de la ley por parte de las instituciones responsables del desarrollo institucional.

Palabras clave: Accesibilidad. Espacio físico. Educación Infantil.

1. Introdução

Este artigo objetiva refletir sobre a realidade e alguns desafios de um espaço de educação infantil para garantia da acessibilidade. A discussão de acessibilidade arquitetônica é de extrema importância no contexto da educação infantil, porque através dessas reflexões pode-se problematizar sobre as condições que se fazem necessárias para melhoramentos e constituição de novos planejamentos dirigidos a espaços físicos de educação infantil.

Contextualizando a pesquisa: desenvolveu-se um estudo de caso, ancorado na abordagem qualitativa, na realidade de uma escola de Educação Infantil, parceira do subprojeto do “Práticas Pedagógicas Lúdicas na Educação Infantil e suas Contribuições para o Desenvolvimento e a Aprendizagem da Criança”, do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), vinculado a Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES).

O PIBID propõe-se oportunizar aos discentes de licenciatura uma aproximação com a educação básica, visando contribuir na formação deles,



REVISTA ELITE: EDUCAÇÃO, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS.

ISSN 26755718

Ano 1, n.01, jan./dez,2019

promovendo relação entre a teoria e a prática. Também aos professores participantes formação continuada na perspectiva crítica e reflexiva da prática pedagógica. (BRASIL, 2018)

O subprojeto supracitado faz parte do Colegiado de Pedagogia, *Campus XI*, UNEB – Serrinha-BA, foi desenvolvido entre 2018-2010. Vivenciou-se por meio dele atividades formativas no contexto da educação infantil, dirigidas ao trabalho com saberes pedagógicos específicos da educação infantil para a qualificação das bolsistas; desenvolvimento da formação crítica e autônoma; valorização das crianças como sujeitos participantes e ativos do processo; incentivo à produção acadêmica; valorização dos sujeitos envolvidos da educação básica; trabalho com metodologias lúdicas etc.

De acordo a nossa experiência, o subprojeto potencializou o conhecimento sobre educação infantil na formação de graduandos participantes das atividades, uma vez que estávamos, como bolsistas, inseridas no ambiente escolar, fator contributivo para potencialização da reflexão, desenvolvimento das competências e habilidades no campo da docência, assim como da formação crítica. Essa experiência foi mediada pelas professoras supervisoras e coordenadoras de área do programa.

Ainda, por meio dessa experiência formativa, pode-se refletir sobre a prática pedagógica da educação infantil, valorizando as crianças com sujeitos sociais atuantes e ativos no processo de ensino aprendizagem, desenvolvendo estratégias pedagógicas inovadoras, principalmente atividades lúdicas, para dinamizar a proposta de trabalho.

As reflexões presentes neste artigo pautam-se em estudiosos como: Carvalho e Rubiano (2000), Oliveira (2000). Ele reflete parte de um estudo de caso, ancorado na abordagem qualitativa, desenvolvido na realidade de uma escola de educação infantil do município de Serrinha-Bahia, a qual era parceira do subprojeto mencionado. Coletaram-se os dados no período de agosto a setembro do ano de 2018. Para tanto, utilizou-se da observação participante,



REVISTA ELITE: EDUCAÇÃO, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS.

ISSN 26755718

Ano 1, n.01, jan./dez,2019

análise documental e entrevistas semiestruturadas. Assim, pode-se construir um diagnóstico, objetivado em um relatório descritivo da realidade escolar.

O presente trabalho divide-se em cinco partes: Introdução, em curso de desenvolvimento neste escrito; em sequência: Contextualizando Aspectos Metodológicos do Estudo; A Realidade do Espaço Físico Escolar de Educação Infantil e a Questão da Acessibilidade; Considerações finais.

2. Contextualizando aspectos metodológicos do estudo

O reconhecimento de uma realidade educacional é ponto fundante para o início de uma proposta formativa, para o planejamento e realização de práticas pedagógicas, junto aos sujeitos pertencentes a uma dada realidade. Partindo dessa premissa, desenvolveu-se a primeira fase prevista no subprojeto, relativa aproximação da realidade escolar e de construção de conhecimento sobre a educação infantil.

A escola atendia e atende crianças de 3 (três) anos até 5 (cinco) anos de idade; faz parte da rede municipal de Educação de Serrinha-BA; está situada no espaço urbano da cidade. Ela é uma escola parceira do PIBID/Pedagogia, UNEB, *Campus XI*.

Para fins de conhecimento da realidade educacional nesta instituição de educação infantil, realizou-se um estudo de caso, calcado na abordagem qualitativa, opção que permitiu uma proximidade com os sujeitos envolvidos na pesquisa e um conhecimento, de forma mais aprofundada, de aspectos da investigação. Segundo Minayo (1994, p.21) “A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências, como um nível de realidade que não pode ser qualificado”. De acordo com Martins (2008, p. 11) o estudo de caso se desenvolve “possibilita a penetração em uma realidade social, não conseguida plenamente por um levantamento amostral e avaliação exclusivamente quantitativa”.



REVISTA ELITE: EDUCAÇÃO, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS.
ISSN 26755718
Ano 1, n.01, jan./dez,2019

Para coleta de dados utilizou-se da entrevista semiestruturada, que segundo Lüdke e André (2014, p.33-34): “[...]se desenrola a partir de um esquema básico, porém não é aplicado rigidamente, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações”. Entrevistou-se três professoras da instituição. Neste artigo, utilizou-se de alguns dados das entrevistas realizadas junto a duas professoras participantes do estudo.

Sobre a caracterização dos sujeitos do estudo que participaram da entrevista: a professora denominada X é formada em Pedagogia e pós-graduada em educação infantil, e atua na área da educação há 20 anos; atualmente trabalha 40 horas semanais na escola em foco de análise com uma classe de creche com crianças de 2 anos. A professora Y trabalha 40 horas semanais na instituição; atua junto às crianças de 2 anos; é graduada em Pedagogia e está fazendo uma especialização em educação.

Salienta-se que foram tomados os devidos cuidados éticos no empreendimento do estudo, a exemplo da preservação da identidade da escola e dos sujeitos participantes.

Para coleta de dados também se utilizou da observação participante na sala de aula e no espaço escolar como um todo. Realizou-se descrição das características do espaço escolar, incluindo registros fotográficos que foram expostos no relatório diagnóstico. A observação foi criteriosa e buscou descrever a realidade, considerando o espaço físico, os sujeitos pertencentes a comunidade escolar e a proposta pedagógica desenvolvida. De acordo com Neto “a técnica de observação participante se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado” (NETO, 1994,p.59).

As crianças foram observadas, tendo em vista sua relação com o espaço e as demais pessoas que faziam parte da instituição. A escola atendia em 2018 a cerca de 100 crianças de 1 a 5 anos, em dois turnos de funcionamento, com turmas de creche e pré-escola. Também observamos os professores para termos conhecimento sobre a prática pedagógica.



REVISTA ELITE: EDUCAÇÃO, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS.

ISSN 26755718

Ano 1, n.01, jan./dez,2019

Por fim, utilizou-se da análise documental dos dados contidos no Projeto Pedagógico da escola para conhecimento da proposta da escola. Neste escrito, considerou-se especificamente a questão da acessibilidade presente no Projeto. Para Lüdke e André a análise documental pode completar as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema” (LÜDKE; ANDRÉ, 2014, p.44).

Assim, foi realizada a coleta dados, oportunizando aos pesquisadores conhecer a realidade escolar da referida instituição. Ainda, foi possível apontar alguns desafios institucionais sobre a questão da acessibilidade no espaço de educação infantil parceiro do subprojeto. Os dados coletados por meio dos procedimentos utilizados neste estudo foram descritos em um relatório diagnóstico da realidade escolar.

Salienta-se que, a escola, em foco de análise, fica localizada em um bairro periférico da cidade de Serrinha, BA; atende crianças do bairro e de outras localidades.

3. A realidade do espaço físico escolar de educação Infantil e a questão da acessibilidade

Sabe-se que espaço físico da educação Infantil deve promover um ambiente propício para que as crianças tenham possibilidades de desenvolvimento integral. As escolas de educação infantil devem estar preparadas para a vivência das diversas experiências sociais e, neste sentido, devem ser planejadas e seguras para que as crianças possam correr, pular, saltar, brincar. No entanto, muitos espaços não atendem a esses requisitos, pois há problemas quanto ao planejamento da estrutura física ou na adaptação de espaços dirigidos à educação infantil.



REVISTA ELITE: EDUCAÇÃO, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS.

ISSN 26755718

Ano 1, n.01, jan./dez,2019

Por isso, os espaços institucionais, muitas vezes, não são concebidos para as crianças, pois “em geral, os ambientes infantis têm sido pobremente planejados, pois geralmente são orientados para atender as necessidades do adulto e/ou do grupo como um todo [...]. (CARVALHO; RUBIANO, 2000, p.108).

Ainda existem ambientes de creche e pré-escola distantes da ideia de valorização da criança, de suas necessidades e interesses. Muitos ambientes não são apropriados para práticas dirigidas ao público infantil, revelando a visão adultocêntrica presente nas concepções de instituição, assim como a perspectiva assistencialista. Logo, é preciso que seja problematizado a questão da qualidade dos espaços de educação infantil em relação a estrutura física disponível e a necessidade de efetivação da acessibilidade.

A escola de educação infantil precisa ser planejada ou adaptada para atender às crianças, contemplando as possibilidades de desenvolvimento da autonomia delas. Isso perpassa desde a qualidade da estrutura do espaço físico, contemplando também os móveis e utensílios que devem ser adequados para o tamanho das crianças, para a segurança e conforto das mesmas. Essa questão é de fundamental importância para a promoção da autonomia das crianças na realização de atividades, assim como possibilita ao professor condições de trabalho mais dignas e necessárias.

A qualidade do espaço físico, das condições necessárias para o desenvolvimento de propostas pedagógicas na realidade brasileira é considerada nos Indicadores de Qualidade na Educação infantil, a saber:

[...] a qualidade pode ser concebida de forma diversa, conforme o momento histórico, o contexto cultural e as condições objetivas locais. Por esse motivo, o processo de definir e avaliar a qualidade de uma instituição educativa deve ser participativo e aberto, sendo importante por si mesmo, pois possibilita a reflexão e a definição de um caminho próprio para aperfeiçoar o trabalho pedagógico e social das instituições. (BRASIL, 2009, p.14).



REVISTA ELITE: EDUCAÇÃO, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS.

ISSN 26755718

Ano 1, n.01, jan./dez,2019

Então, a qualidade está relacionada com a realidade e os anseios da sociedade e, neste sentido, busca-se uma escola de educação infantil inclusiva e capaz de desenvolver propostas pedagógicas democráticas que potencializem o desenvolvimento e aprendizagem da criança.

Também Zabalza trata da questão da qualidade, apresentando algumas considerações reflexivas sobre o conceito:

A qualidade, pelo menos no que se refere às escolas, não é tanto um repertório de traços que se possuem, mais sim algo que vai sendo alcançado. A qualidade é algo dinâmico (por isso faz-se mais alusão às condições culturais das escolas do que aos seus elementos estruturais), algo que se constrói dia a dia e de maneira permanente. (ZABALZA, 1998, p. 32).

Então, é preciso que as propostas pedagógicas para a educação infantil sejam mais do que documentos para serem engavetados. É preciso que haja vida nas proposições, processos cotidianos de trabalho que sejam dinâmicos e participativos, para que ocorra a construção social da escola comprometida com qualidade.

Perante essas considerações, salienta-se que a pesquisa possibilitou a construção de um diagnóstico situacional e descritivo da unidade de educação infantil, tendo em vista conhecer a realidade escolar e sua qualidade na oferta da educação infantil. Esse conhecimento da realidade promoveu na nossa formação inquietudes e reflexões sobre o que temos e o que necessitamos para o desenvolvimento de práticas educativas de qualidade na educação infantil.

Quanto a descrição do espaço: por meio das observações verificou-se que a escola aqui em análise possui cinco (5) salas de aula, uma (1) secretaria, três (3) banheiros, uma (1) cantina, um (1) refeitório, um (1) parque e um (1) pátio. Todos esses espaços não são apropriados para o desenvolvimento de suas funções, pois são pequenos e não estão no melhor estado de conservação.



REVISTA ELITE: EDUCAÇÃO, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS.
ISSN 26755718
Ano 1, n.01, jan./dez,2019

Desse modo, o espaço de educação infantil não atendia às reais necessidades das crianças, impedindo, inclusive, que determinadas atividades fossem realizadas dentro e fora de sala de aula. Também no espaço faltava objetos adequados para as crianças, sejam brinquedos em quantidade e qualidade necessários, e outros utensílios gerais como os pratos e talheres para as refeições. Ainda, a altura dos armários era inapropriada para que as crianças pudessem pegar objetos com segurança. As paredes da sala eram úmidas, o que revelava um ambiente insalubre para o trabalho pedagógico.

Sobre a realidade do espaço físico a professora X (2018) disse: “o que mais me deixa angustiada é o tamanho da minha sala e não ter o banheiro dentro da minha sala”. Neste sentido, aponta para necessidades estruturais para o desenvolvimento da prática educativa.

A professora Y (2018) afirmou: “ Eu evito estar fazendo em sala de aula brincadeiras nas quais as crianças correm muito. Por exemplo, eu não vou brincar, nunca brinquei de pega-pega na minha sala. O espaço é muito pequeno”.

As considerações da professora Y tratam de falta de estrutura da sala, que interfere na qualidade das práticas educativas que ela desenvolvia ou desejava desenvolver. Em especial, ela trata que não desenvolve um tipo de brincadeira porque não há espaço físico adequado para tanto e deixa implícito que falta segurança para a realização da atividade com as crianças de 2 anos de idade.

De acordo as observações, notou-se que no espaço externo havia um parque, mas o mesmo não apresentava boas condições de uso. Nele havia poucos brinquedos. Não existia cobertura nessa área e no chão havia desnível, o que podia comprometer a segurança física das crianças.

A acessibilidade para as crianças, em geral, não era garantida. Esse fato provocava inúmeras reflexões nos integrantes do subprojeto do PIBID, uma vez que havia divergências entre o prescrito nos documentos oficiais e a realidade



REVISTA ELITE: EDUCAÇÃO, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS.
ISSN 26755718
Ano 1, n.01, jan./dez,2019

encontrada.

Sobre a perspectiva legal os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil indicam que a infraestrutura das instituições de Educação Infantil deve contemplar diversos aspectos fundamentais, dentre os quais destaca-se aqui:

Espaços, materiais e equipamentos das Instituições de Educação Infantil destinam-se prioritariamente às crianças: são construídos e organizados para atender às necessidades de saúde, alimentação, proteção, descanso, interação, conforto, higiene e aconchego das crianças matriculadas; 15.2 adequam-se ao uso por crianças com necessidades especiais, conforme a Lei de Acessibilidade (Lei nº 10.098, de 19/12/2000); (BRASIL, 2006, p. 42-43).

Essas prerrogativas evidenciam a necessidade de adequação dos espaços de Educação Infantil em relação ao quesito qualidade e adequação dos espaços para pessoas com necessidades especiais. Especificamente, a escola em análise encontra-se distante dessas premissas apontadas no supracitado documento.

De acordo a Barbosa e Horn (2001) a concepção de espaço físico deve estar relacionada a perspectiva de desenvolvimento das crianças, pois segundo eles

O espaço físico e social é fundamental para o desenvolvimento das crianças, na medida em que ajuda a estruturar as funções motoras, sensoriais, simbólicas, lúdicas e relacionais.” (BARBOSA & HORN, 2001, p. 73).

Neste sentido, ratifica-se a compreensão da necessidade de relação entre o espaço físico de qualidade para o atendimento às crianças de 0 a 5 anos. As crianças como cidadãos tem direitos sociais, inclusive a uma educação de qualidade. Não se pode furtar do debate político educacional a real necessidade de mudanças sobre esse quadro nem sempre coerente com as necessidades das crianças na realidade brasileira.



REVISTA ELITE: EDUCAÇÃO, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS.
ISSN 26755718
Ano 1, n.01, jan./dez,2019

Sobre a questão da acessibilidade de pessoas com deficiência física e dificuldade de locomoção, também não há atendimento de acordo ao apontado nos parâmetros.

A acessibilidade é um termo que se refere à garantia de meios que permitem a inclusão de todas as pessoas nos espaços públicos e privados para que todas tenham as mesmas oportunidades de movimentação, autonomia, segurança, direito à informação e locais para realizar as atividades. De acordo a Tavares Filho:

A acessibilidade, conceituada pela Lei 10.098 como sendo possibilidade e condição de alcance para a utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, refere-se a dois aspectos, que embora tenham características distintas, estão sujeitos a problemas semelhantes, no que diz respeito à existência de barreiras que são interpostas às pessoas com necessidades especiais: o espaço físico e o espaço digital. (TAVARES FILHO et al., 2002).

Perante esse argumento, a questão da acessibilidade é abrangente e atinge as escolas e qualquer outro espaço social. Na realidade pesquisada, no que tange ao espaço físico observou-se que, o ambiente não é planejado para atender as crianças com deficiências e as outras pessoas da comunidade que apresenta algum tipo de deficiência. Não existe uma área adequada para passagem de cadeirantes ou para pessoas com dificuldade de locomoção.

Ressalta-se que, no espaço não existem crianças cadeirantes matriculadas na instituição, apenas uma criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA), a qual frequenta a classe da pré-escola. Esta criança autista é acompanhada por uma professora auxiliar. De acordo a lei de Acessibilidade nº. 10.098, publicada em 19 de dezembro de 2000 no artigo 1º:



REVISTA ELITE: EDUCAÇÃO, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS.

ISSN 26755718

Ano 1, n.01, jan./dez,2019

Esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.(BRASIL, 2000).

Portanto, os espaços públicos devem atender às necessidades específicas das pessoas com deficiências ou mobilidades reduzidas. É uma questão de direito destas pessoas e de dever do Estado. Ressalta-se que esse direito também abrange os professores assim como demais profissionais que atuam na unidade escolar e a comunidade em geral.

O Projeto Pedagógico (PP) da instituição aponta que existe uma rampa de acesso, respeitando a acessibilidade, porém nas observações verificou-se que não há rampa ou qualquer outro investimento para atender as pessoas com necessidades especiais. Logo, há necessidade de revisão do PP em relação ao quesito acessibilidade.

Na escola existem barreiras arquitetônicas, colunas de sustentação do telhado que ficam em frente às salas de aula, o que restringe a passagem de cadeiras de rodas; não existe sinalização, banheiros adaptados, principalmente os vasos sanitários e pias adequadas. Com base na lei Nº 10.098/2000 as instituições públicas e privadas devem superar:

- a) Barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;
- b) Barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;
- c) Barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;
- d) Barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação. (BRASIL, 2000).

Nesse sentido, qualquer que seja o espaço de atendimento ao público,



REVISTA ELITE: EDUCAÇÃO, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS.
ISSN 26755718
Ano 1, n.01, jan./dez,2019

incluindo as escolas, deve-se considerar as necessidades das pessoas em geral. Assim, as crianças devem ter possibilidades de frequentar um espaço educacional sem barreiras arquitetônicas. Devem ser garantidas às crianças com deficiência condições socioeducacionais para a efetivação da equidade. A garantia de espaços adequados, equipamentos necessários à acessibilidade é um caminho para essa efetivação.

4. Os desafios nas escolas de educação infantil para a garantia :Da acessibilidade

Percebe-se que o cumprimento da lei de acessibilidade não está sendo respeitado no referido espaço público de ensino, onde efetuamos a pesquisa. Nota-se que, há uma certa tendência de que, apenas os espaços destinados ao AEE- Atendimento Educacional Especializado, como salas de recursos multifuncionais e centros se ocupem em garantir a acessibilidade física para as pessoas com algum tipo de deficiência.

Os espaços físicos para atender com qualidade as crianças precisam ser pensados como um todo, para garantir o acesso, permanência, o bem-estar das crianças. De acordo com Oliveira (2011):

Os cuidados ministrados na creche e na pré-escola não se reduzem ao atendimento de necessidades físicas das crianças, deixando-as confortáveis em relação ao sono, à fome, à sede e à higiene. Incluem a criação de um ambiente que garanta a segurança física e psicológica delas, que lhes assegure oportunidades de exploração e de construção de sentidos pessoais, que se preocupe com a forma pela qual elas estão se percebendo como sujeitos. [...] (OLIVEIRA, 2011, p.47).

Perante isso, o primeiro desafio que aponta-se sobre a questão da



REVISTA ELITE: EDUCAÇÃO, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS.

ISSN 26755718

Ano 1, n.01, jan./dez,2019

acessibilidade no respectivo espaço de educação infantil dirige-se a garantia do direito de todos a terem acesso à educação, sobretudo pela ampla oferta de espaços dirigidos especificamente às crianças. Neste sentido, é necessária luta política e conscientização do poder público para que haja tomada de decisões direcionadas objetivando esse fim.

As crianças precisam de espaços físicos que as acolham, para que se sintam confiantes, confortáveis e de fato incluídas num ambiente de aprendizagem coletivo. Sobre isso Oliveira (2011) assevera:

[...] Nesses ambientes de educação, a criança se sente cuidada. Sente que há uma preocupação com o seu bem estar, com seus sentimentos, com suas produções, com sua autoestima. Educar e cuidar são formas de acolher.
[...] (OLIVEIRA, 2011, p.47).

Junto a isso, apresenta-se aqui outro desafio: a instituição precisa construir estratégias para conhecer quem são as pessoas com necessidades educacionais especiais pertencentes a comunidade local. Neste sentido, questiona-se: onde estão as crianças com deficiência física, sensorial, com dificuldade de locomoção e muitas outras?

Rumo a novos cenários educacionais mais inclusivos, há que se considerar as diretrizes da educação inclusiva, de modo a colocá-las de fato em prática, acionando mecanismos institucionais e interinstitucionais para fazer valer o direito constitucional de todos e todas estarem incluídos (as) na escola, a qual deve estar aberta à diversidade. Em conformidade com tal posição encontramos ecos nos escritos de Cardoso (2018):

No caso do nosso país, ao assumir a direção inclusiva, o sistema de educação reconhece como necessidade urgente a construção de uma escola aberta, dialogante, voltada para a cidadania, autonomia, exaltando a diversidade e o respeito às diferenças. Percebemos que políticas públicas são formas democráticas do poder público instituído, tentar construir respostas às demandas sociais, das comunidades. Ou seja,



REVISTA ELITE: EDUCAÇÃO, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS.

ISSN 26755718

Ano 1, n.01, jan./dez,2019

devido a emergência de problemas que afetam a coletividade, os sujeitos sociais se organizam para provocar debates, diálogos que fortalecerão ideias que, servirão de base para planejamento, criações das normatizações das políticas públicas as quais orientam ações práticas nas comunidades. (CARDOSO, 2018, p.47).

Segundo a autora supracitada, a perspectiva da inclusão, como projeto de um coletivo, pressupõe uma série de demandas para os sujeitos (sejam eles pais, funcionários, educadores, gestores) desde a derrubada de barreiras arquitetônicas quanto as barreiras psicológicas e mesmo de concepções, de atitudes, fazendo surgir uma necessidade ampla de processos de formação continuada para todos. A escola inclusiva pautada pela acessibilidade, é um desafio para todos. Quanto a tal perspectiva, Cardoso (2018) pondera:

[...] a travessia do paradigma integrativo para o inclusivo, demanda ainda muito esforço tanto do governo, quanto da sociedade civil como um todo. Pois a construção da inclusão escolar/educacional demanda uma ampla revisão epistemológica por parte de cada cidadão, refletindo-se sobre concepções de homem/mulher, identidades/diversidades, sociedade e trabalho que se têm construídas e/ou que se desejam construir. Isso se torna possível através da ação mediadora transformadora da educação. (CARDOSO, 2018, p.48-49).

Ainda, considera-se aqui outro desafio a ser enfrentado: a formação continuada dos professores para o trabalho pedagógico com as pessoas que têm deficiência. Inclusive, isso poderá favorecer uma maior aproximação das famílias, que têm crianças com deficiência.

Há um caminho a ser percorrido para que mudanças sejam efetivadas no espaço institucional de educação infantil pesquisado e em muitas outras instituições de educação infantil na realidade brasileira. Essas mudanças são de ordem de direito das crianças e de todos os sujeitos sociais que fazem parte da comunidade escolar. Então, que sejam efetivadas práticas, reflexões, lutas



REVISTA ELITE: EDUCAÇÃO, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS.

ISSN 26755718

Ano 1, n.01, jan./dez,2019

políticas para efetivação da inclusão socioeducacional de todas as crianças como protagonistas na Educação Infantil.

Considerações finais

Este artigo teceu reflexões sobre a acessibilidade no espaço físico de educação infantil. Por meio do estudo conclui-se que, a escola em foco nesta pesquisa não apresenta um espaço de educação infantil que atenda às prerrogativas legais para a garantia de acessibilidade das crianças e de pessoas, em geral, que tenham deficiência física, sensorial ou dificuldade de locomoção.

É importante salientar, que existem leis que garantem a acessibilidade, entretanto, estas nem sempre são cumpridas. Por isso, é preciso repensar os espaços institucionais e mobilizar os órgãos públicos para que se efetivem as leis e fiscalizem o seu cumprimento. Ainda, para que os espaços de educação infantil estejam, então, preparados para a garantia do direito de acessibilidade para todos é preciso que haja profissionais capacitados para atender esse público alvo.

Por fim, salienta-se que esse estudo contribui para a nossa formação no contexto do PIBID, pois pode-se vivenciar a realidade da escola, o que contribuiu para o desenvolvimento do nosso senso crítico para questionar os direitos que não estão sendo respeitados quanto a acessibilidade nos espaços de educação infantil e de forma abrangente pode-se problematizar, refletir sobre a questão da qualidade dos espaços para o atendimento as crianças na creche e pré-escola.

REFERÊNCIAS:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 9050:** Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 2.



REVISTA ELITE: EDUCAÇÃO, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS.

ISSN 26755718

Ano 1, n.01, jan./dez,2019

ed. Rio

de Janeiro: ABNT, 2004. Disponível em:

<<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_24.pdf>> Acesso

em: 15\10\18.

BRASIL. CAPES. Portaria n^o 45, de 12 de março de 2018. Dispõe sobre a concessão de bolsas e o regime de colaboração no Programa de Residência Pedagógica e no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid). Disponível em: Disponível

em: https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/16032018_Portaria_45_Regulamento_PIBID_e_Residencia_Pedagogica_SITE.pdf . Acesso

em: 01 jul. 2020.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira; HORN, Maria da Graça. Organização do Espaço e do Tempo na Escola Infantil. In: CRAIDY, Carmem; KAERCHER, Gládis. **Educação Infantil: Pra que te quero?** Porto Alegre, RS: Artmed, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Indicadores de qualidade na Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2009.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil. Brasília, 2006. CAMARA LEGISLATIVA. Glossário. Disponível em: <<<http://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/inclusao-social-e-equidade/acessibilidade/o-programa/glossario.html>>> acesso em 09\10\2018.

_____. 2000. LEI DE ACESSIBILIDADE. No 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm>

Acesso em 2018.

CARVALHO, Mara I. Campos de. RUBIANO, Márcia R. Bonagamba. Organização do

Espaço em Instituições Pré-Escolares. IN: OLIVEIRA, Zilma Moraes Ramos de (Org.) **Educação Infantil: muitos olhares**. – 4. ed. - São Paulo: Cortez, 2000.

CARDOSO, Jusceli Maria Oliveira de Carvalho. **Uso Pedagógico das Novas TIC no Atendimento Educacional Especializado a Surdos nas Escolas Públicas Inclusivas na Cidade de Serrinha-Brasil**, 2018. **Tese de Doutorado**, apresentada ao Programa de Doutorado em Ciências da Educação, da UNINTER-PY, Ciudad de Asunción, PY, 2018.



REVISTA ELITE: EDUCAÇÃO, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS.
ISSN 26755718
Ano 1, n.01, jan./dez,2019

LÝDKE, Menga. ANDRÉ, MARLI E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas.** [2. ed.]. - [Reimpr.]. Rio de Janeiro: E.P.U., 2014.

MARTINS, G. A. Estudo de caso: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisas no Brasil. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 2, n. 2, p. 9-18, jan./abr., 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social. IN: DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Maria Cecília de Souza Minayo (org.). – Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

NETO, Otávio Cruz. O trabalho de campo como a descoberta e criação. IN: DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Maria Cecília de Souza Minayo (org.). – Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

OLIVEIRA, Zilma Moraes Ramos de. **Educação infantil: muitos olhares.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SERRINHA. Secretaria de Educação. PROJETO PEDAGÓGICO. Org. SANTOS, Ana Lúcia Teixeira. CRUZ, Adriana dos Santos. Et. **Diário Oficial do Município.** 2016.

TAVARES FILHO, J. P., MAZZONI, A. A. RODRIGUEZ, A.M. e ALVES, J. B. M. (2002) "Aspectos ergonômicos da interação com caixas automáticos bancários de usuários com necessidades especiais características de idosos". In: **Congresso Ibero latino americano de Informática Educativa Especial**, 3. Anais Em CD, Fortaleza - Brasil, 2002.

ZABALZA, Miguel A. . **Qualidade em educação infantil.** Porto Alegre: Artmed, 1998.

Credenciais dos autores:

Renata Adrian Ribeiro Santos Ramos- Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS); Especialista em Alfabetização pela UEFS; Especialista em Supervisão Escolar pela UEFS; Especialista em Coordenação Pedagógica pela Universidade Federal da Bahia; Mestre em Educação pela UEFS.



REVISTA ELITE: EDUCAÇÃO, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS.

ISSN 26755718

Ano 1, n.01, jan./dez,2019

Atualmente é Professora Assistente da Universidade do Estado da Bahia,(UNEB), Campus XI; Atuou como Coordenadora de Área-PIBID-UNEB-CAPES. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação de Jovens e Adultos (GEEPEJA) e do GEOBIOGRAFAR, ambos da UNEB, *campus* XI. Desenvolve trabalhos de ensino, pesquisa e extensão na área de Educação, com ênfase em Educação Infantil, Avaliação, Pedagogia Universitária e Formação de professores.

Railda Santos Araújo- Graduanda em Pedagogia na Universidade do Estado da Bahia (UNEB - *Campus* XI). Ex bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Membro do Centro Acadêmico UBUNTU Humanidade para Todos.

Jandacira Janaína dos Santos- Graduanda em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia, Campus XI, situada na cidade de Serrinha. Ex bolsista no programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência (PIBID), durante o período de 2018 a 2020. Membro do Centro Acadêmico Ubuntu-Humanidade para todos *Campus* XI. Membro do Grupo de Pesquisa: Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (EPODS/UNEB).